

tais ou privado ou por técnico de assistência técnica, exceto agente de fiscalização sanitária, conforme legislação Federal vigente.

Art. 7º. Os estabelecimentos industriais de produtos de origem animal, somente poderão funcionar no município após prévio registro no Serviço de Inspeção, conforme regulamento e demais atos que venham a ser instituídos.

Art. 8º. A inspeção e fiscalização de que trata a presente Norma abrange os aspectos industriais e higiênico-sanitários dos produtos de origem animal, comestíveis, sejam ou não preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

Art. 9º. As análises referentes aos produtos de origem animal, de que trata esta Norma, serão executadas em Laboratório Oficial ou em outros Laboratórios credenciados.

Art. 10. As infrações às normas previstas nesta serão penalizadas, isoladas ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I – advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – multa de até 2000 (duas mil) UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso), nos casos de reincidência, dolo ou má-fé;

III – apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou foram adulterados;

IV – suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou caso de embaraço da ação fiscalizadora;

V – interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§1º. Constitui agravante o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§2º. A suspensão poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

§3º. Se a suspensão não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorrido 12 (doze) meses, será cancelado o respectivo registro no Serviço de Inspeção.

Art. 11. As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pela Unidade de Inspeção a que estiver credenciado, após transcorrido o processo administrativo.

Art. 12. Esta Norma será regulamentada pela Presidência do Consórcio através de Resolução Administrativa.

Art. 13. A execução das atividades referentes a presente Norma serão implantadas de acordo com a demanda existente nos municípios consorciados.

Art. 14. Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos-MT, 19 de dezembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 069/2019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

INSTITUI TARIFA PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS NO ATERRO INTERMUNICIPAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO

COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Sr. PAULO REMÉDIO, no uso das atribuições estatutárias e considerando a aprovação da Assembleia Geral Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída o preço público para prestação dos serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II no Aterro Intermunicipal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, denominado de Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos, disciplinada por esta Resolução.

Art. 2º. Constitui o fato gerador da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos, a utilização efetiva dos serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos sólidos tipo classe II, por particulares, pessoa física ou jurídica, interessados nos serviços prestados pelo Consórcio.

Parágrafo Único – A utilização efetiva ocorre quando o interessado apresenta e entrega os resíduos para disposição final no Aterro Sanitário Intermunicipal Nascentes do Pantanal.

Art. 3º - É contribuinte da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos, sujeito passivo, pessoa física ou jurídica que fizer uso do serviço.

Art. 4º - A base de cálculo da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos é a quantidade, em peso ou volume, de resíduos sólidos classe II entregues no Aterro Sanitário para disposição final ambientalmente adequada.

Art. 5º - Fica estabelecido o valor de R\$ 0,15 (quinze centavos de real) por quilo de resíduos, ou o valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por metro cúbico (m³) ou fração em centímetros cúbicos (cm³) de resíduos constituído de materiais leves de maior volume, entregues para disposição final no Aterro Sanitário.

§ 1º - Será considerado para fins de cobrança a quantidade de resíduos em quilo ou volume em metros cúbico, o que for maior, a ser medido na portaria/balança do Aterro Sanitário;

§ 2º - Aferido o peso e o volume em metros cúbico da carga de resíduos, o recepcionista fará o registro para fins de lançamento da tarifa;

§ 3º - Apurado o valor do serviço, será emitido, em nome do contribuinte usuário cadastrado, documento de cobrança bancária para pagamento em até 5 (cinco) dias úteis;

§ 4º - Ao contribuinte usuário com contrato administrativo de prestação serviços junto ao Consórcio, será emitido documento de cobrança bancária no fechamento de cada mês com o resultado mensal dos serviços prestados, cujo prazo de pagamento não poderá ser superior a dez dias.

§ 5º - Será adicionado ao valor dos serviços, o custo pelos serviços de cobrança bancária aqui fixado em R\$ 4,00 (quatro reais) por documento de cobrança emitido.

Art. 6º. O pagamento da tarifa de serviços fora dos prazos regulamentares, sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) e de juros mensais na ordem de 1% (um por cento).

§ 1º - Atrasos acima de 60 (sessenta dias) no pagamento da fatura estará sujeito o contribuinte usuário à cobrança e protesto em cartório.

§ 2º - Aferido eventuais débitos não pagos no exercício, estes serão inscritos em dívida ativa no Consórcio.

Art. 7º. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas em contratar os serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II, deverão realizar o cadastramento junto ao escritório administrativo no Aterro Sanitário Intermunicipal Nascentes do Pantanal;

§ 1º - Fica admitido, às pessoas físicas ou jurídicas interessadas em fazer uso contínuo dos serviços, a celebração de contrato administrativo de prestação de serviços com o Consórcio para os fins que se especifica;

§ 2º - Por solicitação do contribuinte usuário, será emitido documento atestando a disposição final dos resíduos no Aterro Sanitário, não havendo cobrança para emissão deste documento.

Art. 8º - Os valores fruto da cobrança da tarifa pela prestação de serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II serão aplicados no custeio operacional do Aterro Sanitário.

Art. 9º. A direção do Consórcio fica autorizada a contratar serviços de cobrança bancária.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos-MT, 19 de dezembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

TERMO DE ENCERRAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, PAULO REMÉDIO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores,

a vista do parecer Jurídico resolve: **HOMOLOGAR, Processo Licitatório nº. 12/2019, na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços Nº 09/2019, tendo como objeto, o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS e SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E AR CONDICIONADO POR MAIOR DESCONTO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL conforme especificações e condições técnicas constantes do edital e seus anexos, teve como empresa "VENCEDORA", os seguintes lotes:**

Lote 01: AQUISIÇÃO DE PEÇAS e SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM VEÍCULOS E MÁQUINAS.

Empresa: JOSE CARLOS DA FONSE ME, inscrita no CNPJ: 26.562.348/0001-66 foi vencedora, com o valor GLOBAL LÍQUIDO de **R\$ 70.680,00** (Setenta Mil Seiscentos e Oitenta Reais).

Lote 02: AQUISIÇÃO DE PEÇAS e SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO EM VEÍCULOS E MÁQUINAS.

Empresa: JOSE CARLOS DA FONSE ME, inscrita no CNPJ: 26.562.348/0001-66 foi vencedora, com o valor GLOBAL LÍQUIDO de **R\$ 32.550,00** (Trinta e Dois Mil Quinhentos e Cinquenta Reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, aos 24 dias do mês de Dezembro de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019/CIDESAT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

Pelo presente instrumento o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Marechal Dutra, nº 248 – Bairro Jardim Zefirino I, no Município de São José dos Quatro Marcos - MT, inscrito no CNPJ 08.979.143/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE** neste ato representado pelo seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, **RESOLVE registrar os preços da empresa José Carlos da Fonseca - ME**, inscrita no CNPJ: 26.562.348/0001-66, neste ato representado pelo seu representante Administrador Sr. José Carlos da Fonseca, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Paulo, Bairro Jardim Rondon, N.º2202, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, CEP 78.285-000, portador da Cédula de Identidade nº. 497650 SSP/MT e do CPF nº. 329.593.891-15, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O presente instrumento tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS e SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E AR CONDICIONADO POR MAIOR DESCONTO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I do Edital e a proposta apresentada pelas empresas.

1.2 Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 09/2019, com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores. 2 DA FORMA DE EXECUÇÃO 2.1 A Empresa detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento peças, acessórios e serviços de manutenção elétrica e de ar condicionado por maior desconto para manutenção de veículos caminhões e máquinas do consórcio do complexo nascentes do pantanal, indicados no objeto deste Instrumento, conforme especificado no Termo de Referência. 2.2 O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial 09/2019 e seus anexos, que são parte integrante desta Ata. 3 DA EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS 3.1. Identificação da detentora da Ata de Registro de Preços

Nome de Fantasia: AUTO ELÉTRICA JR
Razão Social: JOSÉ CARLOS DA FONSECA ME
CNPJ: 26.562.348/0001-66 Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não) SIM
Endereço: AVENIDA SÃO PAULO, N. 2202
Bairro: JARDIM RONDON Cidade: São José dos Quatro Marcos – MT
CEP: 78.285-000 E-MAIL: XXXXXXXXXX